



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
COORDENACAO GERAL DE RISCO AGROPECUARIO

**NOTA TÉCNICA Nº 8/2023/CGRA/DEGER/SPA/MAPA**

**PROCESSO Nº 21000.038019/2023-01**

**INTERESSADO: CGRA/DEGER/SPA**

**1. ASSUNTO**

1.1. **Milho 1ª Safra e Consórcio Milho/Braquiária - 1ª Safra - autorização para publicar portarias de Zarc.**

**2. REFERÊNCIAS**

- 2.1. [Decreto nº 9.841, de 18 de junho de 2019;](#)
- 2.2. [Instrução Normativa SPA/MAPA nº 2, de 9 de novembro de 2021;](#)
- 2.3. [Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991;](#)
- 2.4. [Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991;](#)
- 2.5. [Manual de Crédito Rural capítulo 12, seção 2;](#)
- 2.6. [Decreto nº 5.121 de 29 de junho de 2004;](#)
- 2.7. [Decreto nº 10.411 de 30 de junho de 2020;](#)
- 2.8. [Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020;](#)
- 2.9. Processo SEI nº 21000.065605/2021-59;

**3. SUMÁRIO EXECUTIVO**

3.1. A presente proposta trata da publicação das portarias que aprovarão o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para o milho 1ª Safra e milho consorciado com braquiária -1ª Safra, ano-safra 2023/2024, e revoga as portarias anteriores para a safra 2022/2023, ora vigentes.

**4. ANÁLISE**

4.1. O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) é um instrumento técnico-científico, que visa indicar a melhor época de plantio das culturas para cada município, correlacionada ao ciclo das cultivares e ao tipo de solo, conforme sua capacidade de retenção de água, levando-se em consideração séries agroclimáticas históricas de, no mínimo, 15 anos e análise de probabilidades, com o objetivo de minimizar as chances de adversidades climáticas coincidirem com a fase mais sensível das culturas.

4.2. O zoneamento é publicado por meio de portarias da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no Diário Oficial da União (DOU). A [Portaria nº 412 de 30 de dezembro de 2020](#), estabelece as regras de participação na formulação ou aperfeiçoamento do Zarc e a forma de divulgação.

"Art. 7º A Secretaria de Política Agrícola será responsável pela divulgação do ZARC e regulamentará as disposições desta Portaria.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Política Agrícola revisar e substituir as formas de divulgação do ZARC de que trata o art. 6º desta Portaria e instituir outras que venha a considerar convenientes para a ampla divulgação e acessibilidade desse instrumento."

4.3. Após o recebimento dos estudos desenvolvidos pela Embrapa e atualização das cultivares de milho, solicitamos autorização para publicar as portarias que aprovam o Zarc do milho 1ª Safra e

consórcio milho-braquiária -1ª Safra, no ano-safra 2023/2024, para o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme anexos a este processo SEI (28595168 e 28597421).

4.4. Informamos que as portarias estão em conformidade com o Art. 4º do Decreto Nº 10.139, entram em vigor em 1º de junho de 2023.

#### **ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO - Decreto nº 10.411 de 30 de junho de 2020.**

4.5. Em relação ao disposto no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, ressaltamos que após análise técnica, as portarias de Zarc poderão ser dispensadas de Análise de Impacto Regulatório, por se enquadrar na hipótese de dispensa de AIR, art 4º, IV e V:

**IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;**

4.6. As portarias de Zarc do do milho 1ª Safra e milho consorciado com braquiária -1ª Safra serão atualizadas para o ano-safra 2023/2024, essa atualização consiste na alteração no banco de cultivares que é indicado anualmente pelos obtentores/mantenedores de cultivares, ademais serão revogadas as portarias de do milho 1ª Safra e consórcio milho-braquiária -1ª Safra que aprovaram o zoneamento para o ano safra 2022/2023.

**V - ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou higidez:**

**a) dos mercados de seguro, de resseguro, de capitalização e de previdência complementar;**

**b) dos mercados financeiros, de capitais e de câmbio;**

4.7. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro é um programa do governo federal que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle. O Proagro tem como foco principalmente os pequenos e os médios produtores, embora esteja aberto a todos dentro do limite de cobertura estabelecido na regulamentação. O Proagro possui duas modalidades:

4.8. O Proagro Mais, que atende aos agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e

4.9. O Proagro, que atende aos demais agricultores. As normas que regulamentam as duas modalidades são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

4.10. As instituições financeiras (bancos e cooperativas de crédito) são os agentes do Proagro que executam o programa. São elas as responsáveis por contratar e enquadrar os empreendimentos (lavouras) no programa, receber a comunicação de perdas feita pelo produtor, acionar os peritos para fazer a comprovação de perdas e calcular a indenização.

4.11. É obrigatória a observância do Zarc para a contratação do Proagro conforme menciona o Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil em seu capítulo 12, seção 2, item 2:

“O enquadramento de custeio agrícola está restrito aos empreendimentos conduzidos sob as condições do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) divulgadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o município onde localizado...”

4.12. Da mesma forma o Art. 24 do Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, que dispõe sobre a contratação do seguro rural privado subvencionado (PSR), vincula o acesso à subvenção econômica federal, pelos produtores rurais, aos indicativos do Zarc.

4.13. Merece destaque o fato de que a publicação destas portarias não impõe despesas adicionais ao orçamento da União, tendo em vista que o Zarc e os programas encontram-se em pleno funcionamento e que as estruturas administrativas responsáveis, direta ou indiretamente, pela operacionalização e gestão desses instrumentos, já desempenham todas as atividades na rotina de trabalho.

**5. DOCUMENTOS RELACIONADOS**

- 5.1. Portarias de Zarc - Milho 1ª Safra - Safra 2023/2024 (SEI nº 28595168);  
5.2. Portarias de Zarc - Cons. milho-braquiária 1ª Safra -2023/2024 (SEI nº 28597421);

**6. CONCLUSÃO**

6.1. Diante do exposto e considerando que o assunto foi avaliado pelo Departamento de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola e pela Embrapa, solicitamos aprovação do Secretário de Política Agrícola para publicação no Diário Oficial da União das Portarias de Zarc milho 1ª Safra e consórcio milho-braquiária -1ª Safra para o ano-safra 2023/2024.

**HUGO BORGES RODRIGUES**

Coordenador-Geral de Risco Agropecuário

De acordo. Ao GAB/SPA, para aprovação do Secretário de Política Agrícola.

**JÔNATAS JOVINO PULQUÉRIO**

Diretor do Departamento de Gestão de Riscos.

De acordo. Publique-se no D.O.U, na forma proposta das Portarias do milho 1ª Safra ( SEI nº 21786717) e consórcio milho-braquiária -1ª Safra ( SEI nº 28597421) - Safra 2023/2024.

**WILSON VAZ DE ARAÚJO**

Secretário de Política Agrícola Adjunto Substituto



Documento assinado eletronicamente por **HUGO BORGES RODRIGUES, Coordenador Geral de Risco Agropecuário**, em 16/05/2023, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Jovino Pulqueiro, Diretor (a) de Gestão de Riscos**, em 16/05/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON VAZ DE ARAUJO, Secretário Adjunto Substituto de Política Agrícola**, em 18/05/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28581986** e o código CRC **7FBAE1D7**.